

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 659.591 - ES (2015/0023132-2)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE : UNISYS BRASIL LTDA**  
**ADVOGADOS : ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES - DF001465A**  
**RICARDO ALVARES DA SILVA CAMPOS JUNIOR - ES009374**  
**AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de UNISYS BRASIL LTDA. contra decisão que inadmitiu recurso especial apresentado contra acórdão assim ementado (e-STJ fl. 1365/1373):

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RENUNCIA A DIREITO SOBRE O QUAL SE FUNDA AÇÃO APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO DA AÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

1- O pedido de renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação não tem qualquer efeito uma vez que a atividade jurisdicional já foi prestada, a lide já foi solucionada em processo transitado em julgado.

2- A Lei n.º 11.941/2009 permite a inclusão no parcelamento de débitos ainda em discussão em juízo. Após o trânsito em julgado do mandado de segurança, não existe mais discussão, sendo a conversão em renda da União, parte vencedora, consequência lógica do trânsito em julgado em seu favor.

3- Recurso de agravo de instrumento a que se nega provimento. Prejudicado o agravo interno.

A empresa opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados (e-STJ fls. 1.392/1.397).

Seguiu-se recurso especial, por violação do art. 151, II, do CTN e do art. 1º da Lei 11.941/2009 (e-STJ fls. 1.400/1.419).

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 1.434/1.443).

Decisão de inadmissibilidade em razão dos óbices contidos nas Súmulas 7 e 83 do STJ (e-STJ fls. 1.445/1.446), impugnada por meio de agravo (e-STJ fls. 1.448/1.466) e contraminuta (e-STJ fls. 1.469/1.475).

Passo a decidir.

Inicialmente, destaco que o Plenário do STJ decidiu que “aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça” (Enunciado Administrativo 2, sessão de 09/03/2016).

No mais, cumpre observar que o recurso especial se origina de agravo de instrumento interposto por UNISYS BRASIL LTDA. contra decisão que determinou que fosse realizada conversão em renda, em favor da agravada, de depósito

realizado pela agravante no Processo 96.0001925-8.

Seguiu-se agravo de instrumento, em que a recorrente alega que, após depósito em juízo, aderiu ao parcelamento da Lei 11.941/2009. Requeru que fosse declarada nula a conversão em renda, ou, alternativamente, que a agravada fosse obrigada a devolver montante recolhido a maior, em razão de o pagamento à vista proporcionar redução de multas de mora, juros e encargos legais, de acordo com a aludida Lei.

A Corte de origem, por sua vez, negou provimento ao agravo, nos seguintes termos (e-STJ fls. 1.365/1.373):

A análise dos autos demonstra claramente que o trânsito em julgado, em 21/11/2008, conforme certificado à fl. 394 verso, ocorreu antes da entrada em vigor da Lei 11.941/2009 e muito antes também da renúncia ao direito sob o qual se fundava a ação realizada pelo agravante à fl.441, em 26 de fevereiro de 2010.

Mesmo que o art. 10 da Lei n.º 11.941/09 disponha acerca da possibilidade de pagamento de débitos, utilizando-se de valores depositados judicialmente, essa possibilidade só contempla processos que ainda estejam em curso e para os quais não haja trânsito em julgado em desfavor do contribuinte.

O contribuinte não poderia, por questão lógica, renunciar a direito que não tinha, uma vez que o trânsito em julgado de sentença desfavorável importava em sua derrota na ação em que estavam depositados os valores cuja conversão em renda da União o agravante pretende obstar.

O contribuinte tem o direito de incluir no parcelamento os débitos ainda discutidos judicialmente, com decisão pendente. A conversão integral dos valores depositados para a União para quitação do débito impugnado era consequência do trânsito em julgado do processo. Os valores depositados não mais pertenceriam ao contribuinte. Pensamento contrário seria ir de encontro com o instituto da coisa julgada.

Foram opostos embargos de declaração com o intuito de que houvesse manifestação a respeito da aplicação do art. 1º da Lei 11.941/2009 (e-STJ fls. 1.376/1.388).

No julgamento do recurso integrativo, foi assim decidido (e-STJ fls. 1.392/1397):

A despeito dos sólidos argumentos apresentado pelo embargante, entendo que o depósito realizado' pelo autor no curso do processo, e que é o objeto deste agravo, é o mesmo a que se refere a hipótese, prevista no art. 151, II, do Código Tributário Nacional.

Entendo que, além de não ter, notícia a respeito de depósito em matéria tributária que não seja para a suspensão da exigibilidade de crédito tributário, a natureza do depósito é evidenciada pelos pedidos realizados pelo embargante em sua inicial e no curso do processo.

Na inicial o autor afirmou que apresentava mandado de segurança contra a pretensão 'do Delegado da Receita Federal em Vitória para lançar e fazer cobrar imposto sobre a renda da pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro sem que permita a dedução integral dos efeitos da inflação expurgada dos índices de correção monetária de balanço em 1989 de suas respectivas bases de cálculo.

À fl. 527, como pedido liminar, pede que seja desobrigado de recolhimento de tributo que entende inconstitucional, sem que tenha que fazer o depósito.

Às fls. 547 e 555 o juízo de origem indefere o pedido de antecipação de tutela como solicitado, mas faculta ao ora embargante a realização de depósito, que é realizado à fl. 581. [...]

Assim, considero que, uma vez tendo sido vencido no processo principal, é consequência lógica do mesmo, que o depósito realizado seja convertido em renda da União, da forma que foi determinado pelo juízo de origem.

Entendo que o débito não pode ser incluído no parcelamento pois o ora embargante já figurava como vencido, não podendo renunciar ao direito discutido no mandado de segurança originário. Assim, não há porque aplicar o art. 1º da Lei 11.941/2009.

No apelo extremo, o recorrente repisou a suposta violação do art. 151, II, do CTN e do art. 1º da Lei 11.941/2009.

Pois bem.

Considerado o cenário apresentado pelas instâncias ordinárias, o conhecimento do recurso especial encontra óbice na Súmula 7 do STJ, pois não é possível, sem reexame dos fatos, verificar a ocorrência da data em que a sentença que julgou o mandado de segurança transitou em julgado, bem como da data em que o agravante postulou inclusão no parcelamento inaugurado pela Lei 11.941/2009. Impossível, também, verificar a presença dos requisitos legais para sua concessão. Os referidos exames são imprescindíveis para apreciação da pretensão da agravante.

A par disso, o acórdão recorrido está em sintonia com a jurisprudência desta Corte Superior, a qual entende que os valores depositados pelo contribuinte somente podem ser por ele levantados na hipótese de se consagrar vencedor na demanda. Também é pacífico no STJ que eventual pedido de desistência de pretensão recursal não pode ocorrer após o julgamento do recurso e o trânsito em julgado do processo. Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. DEPÓSITOS JUDICIAIS REALIZADOS EM MEDIDA CAUTELAR. EXTINÇÃO DO FEITO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. CONVERSÃO DOS VALORES DEPOSITADOS EM RENDA DA UNIÃO. POSSIBILIDADE. ACÓRDÃO EMBARGADO EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DA PRIMEIRA SEÇÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 168/STJ. [...]

2. Conforme consignado pela decisão agravada, a Primeira Seção, em 9/11/2005, por ocasião do julgamento do EREsp 227.835/SP, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, consolidou o entendimento de que os depósitos judiciais realizados com o escopo de suspender a exigibilidade do crédito tributário somente poderão ser levantados pelo contribuinte nos casos em que ele, na questão de mérito na qual se discute a exigibilidade das respectivas exações, se consagrar vencedor. Nessa esteira, concluiu-se na mesma assentada que, nas hipóteses em que o processo vier a ser extinto sem julgamento de mérito, os depósitos judiciais deverão ser convertidos em renda da União. Precedentes da Primeira Seção no mesmo sentido: EREsp 813.554/PE, Rel. Ministra Eliana Calmon, DJe 10/11/2008; REsp 901.052/SP, Rel. Ministro Castro Meira, DJe 3/3/2008; EREsp 548.224/CE, Rel. Ministro Humberto Martins, DJ 17/12/2007. [...]

(AgRg nos EREsp 1.106.765/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/11/2009, Dic 30/11/2009).

DEPÓSITO JUDICIAL - LEVANTAMENTO PELO CONTRIBUINTE - IMPOSSIBILIDADE - CONVERSÃO EM RENDA DA UNIÃO - SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO EM DESFAVOR DA RECORRENTE.

1. A configuração do prequestionamento pressupõe debate e decisão prévios pelo Colegiado, ou seja, emissão de juízo sobre o tema. Se o Tribunal de origem não adotou entendimento explícito a respeito do fato jurígeno veiculado nas razões recursais, inviabilizada fica a análise sobre a violação do preceito evocado pelo recorrente.

2. O entendimento pacífico da Primeira Seção é o de que, se a ação intentada, por qualquer motivo, resultar sem êxito, deve o depósito ser convertido em renda da Fazenda Pública. Isso decorre do fato de que o depósito é simples garantia impeditiva do fisco para agilizar a cobrança judicial da dívida, em face da instauração de litígio sobre a legalidade da sua exigência. Extinto o processo sem exame do mérito contra o contribuinte, tem-se uma decisão desfavorável. O passo seguinte, após o trânsito em julgado, é o recolhimento do tributo.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.102.758/PE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/06/2009, DJe 1º/07/2009).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU PEDIDO DE DESISTÊNCIA DE RECURSO E DO DIREITO SOBRE O QUAL SE FUNDA A AÇÃO. IMPOSSIBILIDADE APÓS O JULGAMENTO DO RECURSO E O TRÂNSITO EM JULGADO DO PROCESSO. [...]

3. Da interpretação literal dos arts. 501 e 502 do CPC poder-se-ia concluir que a parte recorrente pode, a qualquer momento, desistir do recurso. Contudo, por interpretação sistemática, mais adequada ao exercício da jurisdição, chega-se à conclusão de que tal pedido só pode ser deferido quando formulado antes do julgamento do recurso.

Pensar de forma diferente tornaria a atividade jurisdicional inviável, uma vez que a parte recorrente poderia interpor um recurso e, se o julgamento não lhe fosse favorável, simplesmente iria desistir do apelo. A efetiva aplicação dos aludidos artigos pressupõe que o pedido de desistência do recurso deve ser anterior ao seu julgamento.

4. O pedido de renúncia ao direito sobre o qual se funda a ação tampouco merece acolhida uma vez que a atividade jurisdicional já foi prestada, a lide já foi solucionada em processo transitado em julgado. [...]

(AgRg no Ag 941.467/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/04/2010, DJe 26/04/2010).

Incide, pois, o óbice de conhecimento estampado na Súmula 83 do STJ.

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial (art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ).

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 23 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator